

# Qualidade de vida de moradores de uma comunidade rural de várzea em Santarém, Pará

**Mariane Costa Vasconcelos**

Engenheira Florestal, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará  
mariane.florestal@gmail.com

**Thiago Almeida Vieira**

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará  
thiago.vieira@ufopa.edu.br

**Kilsiane da Costa Corrêa**

Engenheira Florestal, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém – PA  
kilsycorrea@yahoo.com.br

148

## Resumo

Este estudo foi pensado no âmbito da disciplina Extensão Rural, por estudantes que gostariam de presenciar a realidade de uma comunidade rural em área de várzea. Objetivou-se estudar a qualidade de vida de moradores da comunidade do Laranjal, em Santarém, Pará. Utilizou-se entrevista semi-estruturada, com perguntas sobre bem-estar objetivo e subjetivo. Os resultados mostraram baixo grau de escolaridade, e a qualidade habitacional observada foi considerada aceitável. Os moradores estão satisfeitos com as suas vidas e com sua renda, mas com relação à produção de laranja foi constatado menor grau de satisfação, dada a baixa produção dessa cultura na comunidade. A renda familiar não influenciou na satisfação global dos sujeitos.

**Palavras chave:** Bem-estar. Meio rural. Amazônia Oriental.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, estudos sobre satisfação com a vida, em seus diferentes aspectos, têm experimentado crescimento expressivo. Esse ramo da ciência preocupa-se, principalmente, com a forma e as razões pelas quais as pessoas conduzem suas vidas (DELA COLETA; DELA COLETA, 2006).

O ser humano aspira ao bem-estar e à felicidade. Desde os tempos antigos, há uma preocupação em saber o que é uma boa qualidade de vida e de que isso depende. Pode-se supor que o bem-estar depende de condições econômicas e psicológicas favoráveis ao sujeito (GÓMEZ *et al.*, 2007).

Para Herculano (1998), a avaliação sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas maneiras: a primeira é examinando-se os recursos disponíveis e a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades. A segunda forma de estimar a qualidade de vida ocorre por meio da avaliação das necessidades do ser humano, de modo a aferir graus de satisfação. Dessa forma, é possível tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança. Em todos eles, é necessário levar em

conta que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas.

O bem-estar pode ser visto de duas formas: objetivo e subjetivo. O bem-estar objetivo está relacionado com os bens e serviços que cada indivíduo precisa para viver bem (GÓMEZ *et al.*, 2007). Já o bem-estar subjetivo é um aspecto que pode favorecer a maneira como cada sujeito se vê e vê às outras pessoas, o que pode resultar em maior prazer em vivenciar as situações cotidianas e o relacionamento com os outros (PASSARELI; SILVA, 2007).

Segundo Moraes e Souza (2007), o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que pode ocorrer por meio de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente pode implicar em mais conforto, qualidade de vida e bem-estar.

Diante do exposto, objetivou-se estudar a qualidade de vida de moradores da comunidade rural do Laranjal, no município de Santarém, Pará. Espera-se com isso criar e socializar conhecimentos sobre as realidades de pessoas que vivem em comunidades rurais na Amazônia.

## Metodologia

Este estudo foi pensado no âmbito da disciplina Extensão Rural, do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Oeste do Pará. Os discentes apresentaram sugestões sobre quais comunidades rurais visitarem. Para eles, seria interessante conhecer a realidade de uma comunidade localizada na área de influência da várzea do Rio Amazonas.

O trabalho foi realizado na comunidade do Laranjal, pertencente à cidade de Santarém, estado do Pará, localizada sob as coordenadas 02°15'04,8" (S) e 054°50'47,3" (W). O meio de transporte mais utilizado para se chegar à comunidade do Laranjal é embarcação do tipo barco/motor, saindo de Santarém, de segunda a sábado e retornando de domingo a domingo. O preço da passagem é de R\$ 10,00 na época da cheia e pode custar até R\$12,00 na estação seca. Para chegar à comunidade do Laranjal, o barco sai do cais da cidade de Santarém percorrendo o Rio Tapajós até chegar ao canal Sururu, que levará até a comunidade. O tempo para chegar à comunidade é de duas horas na época da cheia e até cinco horas na seca.

No período de estiagem do rio, o percurso até a comunidade é mais longo e mais difícil, pois o nível de água do canal Sururu é menor e dificulta a passagem dos barcos maiores. Para chegar até a comunidade nesse período, os barcos têm que ir para comunidades vizinhas e a partir destas os comunitários têm que pegar outro transporte ou, em alguns casos, seguir viagem a pé para se chegar ao destino final. Segundo relatos dos moradores “*é a pior época do ano*”, pois nesse período a comunidade sofre com essa forma de acesso.

Na comunidade do Laranjal, como sugere o nome, havia muitos plantios de laranjeiras (*Citrus* spp.), mas atualmente a produção é pequena, o que para os moradores talvez não justificasse mais seu nome. Muitas laranjeiras morreram e pouco se sabe sobre o que ocasionou a morte das plantas. Ainda se vê na comunidade muitos plantios abandonados. Alguns moradores dizem que quando a laranja era a base da economia da comunidade, quando havia assistência técnica e a produtividade era grande, a produção era exportada para outras cidades, como Santarém (PA) e Manaus (AM).

Como parte do planejamento dessa ação, os estudantes entregaram ofício emitido pela Universidade Federal do Oeste do Pará ao presidente da Associação Comunitária do Laranjal (ASCOL), a fim de ter anuência dos comunitários para a realização desse estudo. Com o consentimento dos comunitários, os estudantes visitaram 51 núcleos familiares, de um total de 62 famílias presentes na comunidade.

Foram realizadas conversas com os moradores, colhendo-se informações para as reflexões a serem feitas neste artigo. Para isso, utilizou-se uma entrevista semi-estruturada e

realizou-se observação não estruturada, a fim de se recolher e registrar fatos da realidade socioeconômica da comunidade.

O levantamento socioeconômico permitiu a análise do bem-estar econômico, medido diante de informações como escolaridade, renda e qualidade habitacional (IBGE, 2008).

Para se levantar o indicador de qualidade habitacional das casas da comunidade de Laranjal, foram observados, como variáveis, o material do piso, das paredes e do telhado das casas, bem como tipo de banheiro e fogão, além do acesso ou não à energia elétrica, água encanada e coleta de lixo.

Essas variáveis são utilizadas para definir qualidade habitacional, como é visto em IBGE (2008) e Liberato *et al.* (2006). Para realizar o cálculo, as variáveis citadas foram codificadas em números (escores), a fim de se quantificá-las, conforme propõe Liberato *et al.* (2006).

Para se estimar o bem-estar subjetivo, foram aferidas as seguintes variáveis: satisfação global, comparada e específica. Para Passareli (2007), a satisfação global consiste na auto-avaliação que o indivíduo faz de sua vida; a comparada é a auto-avaliação feita comparando sua vida com a de outra pessoa, no caso desse trabalho, a comparação foi feita com relação à vida do vizinho; e a específica é feita com relação a certos aspectos, tais como a, em relação à renda da família, produção da propriedade, e a produção de laranja na comunidade.

Para a coleta de dados sobre as satisfações, os entrevistados responderam a questões relativas à auto-avaliação de felicidade subjetiva dentro de uma escala de Likert que variou de: não sabe (1), pouco satisfeito (2), satisfeito (3) e muito satisfeito (4). Todas as variáveis, bem-estar objetivo e subjetivo, foram analisadas por meio da estatística descritiva e submetidas à análise da Correlação Linear de Pearson, para aferir as relações entre elas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1. Bem-estar objetivo

#### 1.1 Escolaridade

Na comunidade estudada, observou-se que 3,92% dos entrevistados são analfabetos, 47,06% têm o ensino fundamental incompleto, 15,69% têm o ensino fundamental completo, 23,53% concluíram o 2º grau e 9,80% chegaram a concluir o ensino superior. Vale destacar que daqueles que concluíram o 2º grau, 75% são mulheres, e ainda, dos que concluíram o Ensino Superior, 80% também são do sexo feminino. Em comunidades rurais na Amazônia, geralmente o homem opta por trabalhar para ajudar no orçamento familiar, frequentando pouco a escola ou universidade.

Esse estudo verificou moderada correlação negativa entre escolaridade e renda (57,8%), mostrando que moradores com idades mais avançadas possuem menor nível de escolarização. Isso também foi verificado por Vieira *et al.* (2007), ao analisarem a adoção de sistemas agroflorestais por agricultores familiares de comunidades rurais de Igarapé-Açu, também no estado do Pará.

A educação em comunidades do meio rural esbarra em algumas barreiras, dentre elas a dificuldade de se conseguir professores dispostos a lecionar nesses locais. Assim, o método utilizado na maioria das comunidades é o Ensino Modular, que, segundo muitos jovens da comunidade do Laranjal, que concluíram o segundo grau por esse método, não é muito satisfatório. Na comunidade, a escola existente possui ensino fundamental até a 4ª série. Aqueles que pretendem continuar os estudos têm que se deslocar para a comunidade do Arapixuna, comunidade vizinha ao Laranjal. No Arapixuna, a escola oferece desde o ensino infantil até o ensino médio (Ensino Modular).

Segundo Silva (2002), os jovens deixam a escola porque muitas vezes se vêem num processo de sucessivas repetências, seja porque têm de migrar para o meio urbano para

completar a renda familiar, ou abandonar a escola, temporariamente, para ajudar os pais na agricultura, principalmente na fase do plantio, no período das chuvas ou ainda porque a escola que têm não lhes oferece perspectivas de futuro profissional, principalmente no momento de entrada no mercado de trabalho.

## 1.2 Renda familiar

A renda familiar variou de R\$145,00 a R\$ 3.500,00, sendo a média de R\$ 943,20. Já a renda *per capita* variou de R\$ 36,25 a R\$ 2.000,00, sendo a média de R\$ 347,27, isto é, menos da metade do salário mínimo, de R\$880,00. Isso mostra a grande variação que há em relação à renda entre as famílias da comunidade. As maiores rendas são referentes a pessoas aposentadas que escolheram morar no meio rural, isto é, nessa comunidade, após a aposentadoria.

De acordo com Salvato (2010), a desigualdade de distribuição de renda está relacionada à concentração de indivíduos com baixa escolaridade (baixo capital humano) e baixo capital físico, o que faz com que suas rendas sejam pequenas, como é o caso das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

## 1.3 Qualidade habitacional

De acordo com a análise de Correlação Linear de Pearson, verificou-se interrelação moderada entre a renda e o IQH, isto é, à medida que a renda aumenta, o indicador de qualidade habitacional aumenta em 47%.

A média do indicador de qualidade habitacional foi igual a 0,64, valor considerado adequado nesse estudo. Vale destacar que cerca de 50% das casas visitadas estão com índice acima da média, e que 41,18% dos entrevistados têm casas com índice de qualidade habitacional acima de 0,70.

A análise da variável piso demonstrou que 9,80% das casas dos moradores entrevistados possuem piso de chão batido, 19,61% com cerâmica (lajota) e 70,59% de cimento. Com relação à parede foram observados quatro tipos, sendo eles, barro e palha (3,9%); madeira (17,6%); alvenaria e madeira (17,6%); e alvenaria (60,8%).

Quanto ao teto das moradias, 70,59% são cobertas de telha de fibrocimento; 21,57% das casas tinham cobertura de palha; e apenas 7,84% eram cobertas com telha de barro. Esse resultado mostra que apesar do fibrocimento ser bastante maléfico à saúde humana, por conter amianto, é muito utilizado na cobertura de casas, justificado pelos custos de aquisição.

De acordo com Castro *et al.* (2003), o amianto ou asbesto é uma fibra de origem mineral, proveniente de rochas metamórficas eruptivas, que por processo natural de recristalização transforma-se em material fibroso. Compõe-se de silicatos hidratados de magnésio, ferro, cálcio e sódio e se divide em dois grandes grupos: serpentinas (crisotila ou amianto branco) e anfibólios (tremolita, actinolita, antofilita, amosita e crocidolita, etc.). É considerada uma substância de comprovado potencial cancerígeno em quaisquer das suas formas ou em qualquer estágio de produção, transformação e uso.

No Brasil, há recomendações de não comercializar materiais que tenham em sua composição o amianto. Nos Estados de Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, foram aprovadas legislações acerca do banimento do amianto. Esse movimento deverá confluir para uma legislação federal para impedir o uso comercial do amianto no país (WÜNSCH FILHO *et al.*, 2001).

Em São Paulo, a Lei nº 12.684, de 26 de julho de 2007, proíbe o uso no Estado de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou

outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição (SÃO PAULO, 2007).

Ademais, a Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2009, do Ministério do Meio Ambiente, proíbe esse ministério e seus órgãos vinculados de utilizarem qualquer tipo de asbesto/amianto e dos produtos que contenham essas fibras, especialmente na aquisição de quaisquer bens que utilizem na sua composição a substância supramencionada, e na realização de obras públicas (MMA, 2009).

Quanto à energia elétrica, embora ainda não seja fornecida 24 horas por dia, o acesso é feito por meio de placas solares ou motores movidos a combustíveis fósseis. Assim, 60,78% das famílias têm acesso a energia elétrica, sendo que 47,06% por motor de luz e 13,73 % por placa solar.

Em relação à água encanada, apenas 9,8% das famílias têm acesso. O restante (90,2%) tem acesso à água por meio de poço raso ou cacimba, característica marcante de comunidades rurais que não tem acesso à energia elétrica.

A questão de água encanada refere-se a melhores condições de saúde e, segundo Rocha *et al.* (2006), existem diversas doenças que são veiculadas pela água, tais como as hepatites, a febre amarela, a cólera, a esquistossomose, a dengue, as leishmanioses, etc., e que não podem ser combatidas deixando de lado as populações rurais, nas quais a adequada captação e uso da água são sabidamente mais negligenciados do que nos grandes centros urbanos.

A principal melhoria na qualidade de vida dos habitantes rurais proporcionada pela eletrificação advém da iluminação. Segundo os comunitários, ter energia elétrica em casa traz grande conforto, além de possibilitar diversas atividades domésticas noturnas, de lazer, estudo e trabalho. A comunicação e diversas atividades de entretenimento tornam-se possíveis com a energia elétrica, através do rádio e da televisão, integrando o meio rural ao restante do país. A eletrificação rural permite também a chegada da telefonia no meio rural (OLIVEIRA, 2001).

A telefonia móvel também está presente na comunidade, embora limitada. Existe sinal de uma companhia de telefonia celular em alguns pontos da comunidade, e com uso de antenas que são adaptadas aos aparelhos de telefone celular a comunicação é mais bem estabelecida. Além disso, há também dois telefones públicos na comunidade. Apesar de não haver energia elétrica em toda a comunidade, somente 13,7% das famílias não têm acesso à telefonia celular.

Os sanitários são do tipo interno e externo, sendo que externos são 52,94%, do tipo rudimentar, e 47,06% são internos, ligados a fossas. Esse resultado mostra que ainda há muitos sanitários rústicos, apesar de não ser o recomendado, pois pode haver contaminação do lençol freático pelos coliformes fecais, e sabe-se que na comunidade existem muitos poços rasos, os quais poderiam ser comprometidos.

Na comunidade não há coleta de lixo, causando um alerta, o que ocorre em diversos locais no meio rural Amazônico, e leva, em muitas vezes, a se queimar, enterrar ou apenas despejar o lixo no fundo dos quintais das casas, sem processo algum de separação ou reciclagem do material descartado no meio ambiente.

## 2. Bem-Estar Subjetivo

Na pesquisa, foram entrevistados 51 indivíduos, sendo 17 homens e 34 mulheres com idades entre 16 e 79 anos. Foram obtidos resultados em relação à satisfação global, comparada e específica.

A média da satisfação global foi de 77,45%, considerada satisfatória, pois se trata de meio rural. A correlação entre renda e satisfação global foi considerada fraca, mostrando que



o aumento da renda produz pouco acréscimo de bem-estar, o que foi constatado por Diener e Biswas-Diener (2002).

Já a satisfação comparada foi igual a 67,65%, valor que pode ser explicado por se tratar de uma comunidade rural que não tem muita influência da cidade; além disso, durante a entrevista muitos moradores diziam “*que não sabiam, pois não gostavam de se meter na vida dos vizinhos*”; assim, os entrevistados não costumam comparar seu modo de vida com o de seus vizinhos, pois para eles “*a vida na comunidade é simples e sem a necessidade de comparações*”.

A satisfação em relação à renda foi de 77%. Em se tratando de comunidade no interior, esse valor é de moderado para elevado, pois muitos dos entrevistados são aposentados ou pensionistas, recebem algum tipo de auxílio do governo ou são funcionários públicos, tais como professores e agentes de saúde, e os demais desempenham outros serviços na própria propriedade, e há também muitos pescadores que recebem seguro defeso, o que auxilia na renda familiar.

A avaliação da satisfação sobre a produção de laranja foi incluída no estudo por essa cultura fazer parte da história da comunidade, e que hoje tem apresentado baixa produção em relação aos anos anteriores.

A média do grau de satisfação em relação à produção de laranja teve indicador rebaixado (57,35), sendo que 72,5% dos entrevistados estão pouco satisfeitos com a produção de laranja. Isso ocorre pelo fato de essa produção ter sido reduzida nos últimos anos devido a uma doença que atingiu os pés de laranjeiras e nada foi feito para resolver o problema; se houvesse assistência técnica, a comunidade poderia solucionar o empecilho e voltar a produzir como antes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita à comunidade rural de várzea estudada serviu de para aumentar o conhecimento dos discentes sobre a realidade rural na Amazônia. Essa interação entre os estudantes e a comunidade local possibilita uma melhor formação discente e deve despertar o interesse por atuar como extensionistas, em especial, em áreas rurais.

A extensão universitária e a rural são desafiadas a contribuir para o desenvolvimento do meio rural, sobretudo ao se analisar as condições socioeconômicas observadas na comunidade estudada: baixo grau de escolaridade; renda *per capita* média menor que a metade de um salário mínimo brasileiro; infraestrutura de moradias a ser melhorada; baixa oferta de água encanada; nem todas as moradias têm acesso à energia elétrica; inexistência de serviço de coleta e/ou tratamento do lixo.

Foi interessante observar que os moradores dessa comunidade apresentaram forte grau de satisfação com suas vidas e suas rendas. Fica um desafio para o poder público investir na produção agrícola na comunidade, principalmente no que diz respeito à produção de laranja, para a qual se revelou um grau de satisfação baixo.

## Quality of life of residents of a rural community floodplain in Santarém, Pará

### Abstract

This study was designed in the discipline Rural Extension, for students who would like to witness the reality of a rural community in lowland area. The objective was to study the quality of life of residents of the Laranjal community in Santarém, Pará. We used semi-structured interview, with questions about objective and subjective wellbeing. The results showed a low level of education, and the observed house quality was considered acceptable.

Residents are satisfied with their lives and their income, but it was found less satisfaction with orange production, given the low production of this culture in the community. Family income did not influence the overall satisfaction of the subjects.

**Key words:** Wellbeing. Rural area. Eastern Amazon.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, H.; GIANNASI, F.; NOVELLO, C. A luta pelo banimento do amianto nas Américas: uma questão de saúde pública. *Ciência & Saúde coletiva*, v.8, n.4, p.903-911, 2003.

DELA COLETA, J. A.; DELA COLETA, M. F. Felicidade, bem-estar subjetivo e comportamento acadêmico de estudantes universitários. *Psicologia em Estudo*, v.11, n.3, p.533-539, 2006.

DIENER, E.; BISWAS-DIENER, R. Will money increase subjective well-being? A literature review and guide to needed research. *Social Indicators Research*, v.57, n.2, p.119-169, 2002.

GÓMEZ, V.; POSADA, C. V.; BARRERA, F.; CRUZ, J. E. Factores predictores de bienestar subjetivo en una muestra colombiana. *Revista Latino Americana de Psicología*, v.39, p.311-325, 2007.

HERCULANO, S. C. Qualidade de vida e seus indicadores. *Ambiente & Sociedade*, v.2, p.77-99, 1998.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. 472p. (Estudos & Pesquisas: informação geográfica, 5).

LIBERATO, A. S. Q.; Pomeroy, C.; Fennell, D. Well-being outcomes in Bolivia: accounting for the effects of ethnicity and regional location. *Social Indicators Research*, v.76, p.233-262, 2006.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2009*.

MORAES, S. C.; SOUZA, M. Turismo Rural, Renda e Bem-Estar: Estudo com Agricultores Familiares no Município de Salvador do Sul, RS. *Revista Extensão Rural*, v.16, p.109-134, 2007.

OLIVEIRA, L. C. *Perspectivas para a eletrificação rural no novo cenário econômico-institucional do setor elétrico brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

PASSARELI, P. M. *Auto-avaliação do bem-estar subjetivo em uma amostra de estudantes universitários de Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Ciências-Área de Concentração Psicobiologia)-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2007.

PASSARELI, P. M.; SILVA, J. A. Psicologia positiva e o estudo do bem-estar subjetivo. *Estudos de Psicologia*, v.24, n.4, p.513-517, 2007.

ROCHA, C.M.B.; RODRIGUES, L.S.; COSTA, C.C.; OLIVEIRA, P.R.; SILVA, I.J.; JESUS, E.F.M.; ROLIM, R.G. Avaliação da qualidade da água e percepção higiênico-sanitária na área rural de Lavras, Minas Gerais, Brasil, 1999-2000. *Cadernos de Saúde Pública*, v.22, n.9, p.1967-1978, 2006.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O Impacto da Escolaridade Sobre a Distribuição de Renda. *Estudos econômicos*, v.40, n.4, p.753-791, 2010.

SÃO PAULO. *Lei 12.684 de 26 de julho de 2007.*

SILVA, V. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. *Cadernos CEDES*, v.22, n.57, p.97-115, 2002.

VIEIRA, T.A.; ROSA, L.S.; VASCONCELOS, P.C.S.; SANTOS, M.M.; MODESTO, R.S. Adoção de sistemas agroflorestais na agricultura familiar em Igarapé-Açu, Pará, Brasil. *Revista de Ciências Agrárias*, v.47, p.9-22, 2007.

WÜNSCH FILHO, V.; NEVES, H.; MONCAU, J. E. Amianto no Brasil: conflitos científicos e econômicos. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v.47, n.3, p.259-61, 2001.



**Data de submissão: 05/10/2016**

**Data de aceite: 16/10/2016**